

# Limites e alcance da responsabilidade penal na ocorrência do dano ambiental, sob a ótica da Lei nº. 9.605/1998

Aldeci da Silva Dias<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Pedagogo com Especialização em Orientação Educacional e Gestão do Trabalho Pedagógico; Licenciado e Bacharel em História com Especialização em História do Amapá e Metodologia do Ensino da História; Bacharel em Direito com Especialização em Direito Processual Civil e Direito Ambiental; Mestrando pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá. E-mail: aldeci-dias@hotmail.com

**RESUMO:** Na vertente de verificar a caracterização das infrações, concomitante às condições exatas do nexo causal entre a conduta e o resultado, em determinadas situações, expõe os limites e o alcance da responsabilidade penal, verificando o momento consumativo do crime e a ameaça ao bem jurídico, com clara evidência de lesionar a coletividade. Para tanto se utilizou de doutrinas que discutem a temática, procurando analisar diferentes argumentos à luz da lei de Crimes ambientais (Lei Nº. 9.605/1998) buscando, também, analisar o reconhecimento da responsabilidade penal por dedução de dolo, em certos casos em que o fato é realizado na ausência de autorização pelo Poder Público, ou com inobservância de suas prescrições, por considerar-se implícita a vontade de realizar a conduta vetada ou não autorizada. Conclui com ênfase nas falhas apresentadas na Lei de Crimes Ambientais, dentre as quais questões conceituais imprecisas, apontando que a precariedade dos órgãos em fiscalizar contribui muito para os limites do alcance da referida lei

**Palavras-chaves:** Dolo e culpa. Crimes Ambientais e Legislação

**ABSTRACT. Limits scope of criminal liability and the occurrence of environmental damage from the perspective of law 9.605/1998.**

In terms of verifying the characterization of the violations, concomitant with the exact conditions of the causal connection between conduct and result, in certain situations, exposes the limits and scope of criminal responsibility, checking the time consumed and the threat of crime to the legal, with clear evidence to injure the community. For that we used to discuss the theme doctrines, attempting to analyze the different arguments in the light of the Law of Environmental Crimes (Law N °. 9.605/1998) seeking, also, to analyze the recognition of criminal liability by implication of intent, in some cases in which the fact is performed without authorization by the Government, or in violation of its provisions, considered by the implicit willingness to perform the forbidden conduct authorized or not. It concludes with an emphasis on failures at the Environmental Crimes Law, among them inaccurate conceptual issues, noting that the precariousness of the bodies to oversee and contribute to the very limits of the reach of the law

**Keywords:** Dolo and guilt. Environmental Crimes and Legislation

## 1 Introdução

O tema em questão reporta-se sobre o alcance e suas limitações da responsabilidade penal sob o prisma de Lei Nº. 9.605/1998, em que pese responder algumas inquietações, que em se tratando de responsabilidade, muitas vezes, o legislador não previu situações concretas, e assim colocando um hiato entre o que prevê a lei, e aquilo que se tem na realidade. Entretanto, é importante mencionar que o objeto em discussão não esgota novas reflexões. Muito pelo contrário, tem o objetivo claro, de possibilitar novas incursões sobre o tema.

A necessidade de se buscar instrumentos mais eficazes com o escopo de determinar os limites e alcance da efetividade da Lei sintetiza a preocupação de se aprimorar o debate. Não só pela inovação da lei, ao permitir que a pessoa jurídica possa ser imputada penalmente, mas por revelar divergência doutrinária sobre o assunto. Identificar o papel do Poder público, constituído de personalidade jurídica, na seara da responsabilidade penal ao cometer crime ambiental, quando sua função seria o da proteção, por trata-se de direito difuso, é uma das questões intrigantes, que tem como desdobramento uma das limitações da Lei.

O legislador ao editar a Lei 9.605/1998 na melhor das intenções, entendeu que os crimes cometidos não girasse em torno, somente da culpa em condições subjetivas da imperícia, imprudência ou negligência, mas proporcionou um avanço significativo

notadamente em questões de ordem da despersonalização da pessoa jurídica, há muito tempo reivindicado pela corrente majoritária que entendia que poder-se-ia responsabilizar a pessoa jurídica.

Conclui que os limites imposto, advém da precariedade e da fragilidade de conceitos sob a ótica da botânica e da biologia, quando não diferencia o que vem a ser vegetação de importância vital para o ciclo da vida, da simples vegetação, como por exemplo, a grama., o que demonstra dificuldade nas bases conceituais, por parte do legislador.

## 2 A necessidade da intervenção penal

Durante a etapa de um processo lento e evolutivo, pelo qual passa a proteção ambiental, notadamente na área jurídica, com escopo de obter a tutela civil, penal e administrativa, urge a necessidade de verificar os limites impostos, e de como tais limites, não possam ser o entrave na aplicação da pena.

Com base nas características repressiva e retributiva, mas com preocupação premente da prevenção, o direito penal pode ser mais eficiente, na medida que a possibilidade de ter direitos restritos, sedimentada em norma constitucional, através do art. 225 da CF/1988, ao estabelecer os pilares de um ambiente equilibrado e sadio com qualidade de vida, inclusiva com recomendação de adoção de sanções penais, assim preconizado pelo art. § 3º do art.225. "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores,

pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados." (BRASIL 1988)

O direito penal ao discutir a proteção ambiental, antes prerrogativa apenas de norma reguladoras, foi a conduta lesiva da atividade, que se reproduzirá pelo dano ou perigo que representa para a coletividade. Nesse contexto Toledo (1982, p.13) entende que "nascem, assim, as bases para a criação de um verdadeiro Direito Penal social, isto é, de um Direito Penal que oferece sustento e proteção aos valores do homem que opera em sociedade".

O Direito Penal, tendo como base a tutela da proteção de bens jurídicos que sociedade detém (a vida), não pode se imiscuir de verificar que este bem, não pode ser entendido como controle unilateral, através do Estado, mas perpassa pela compreensão, de que se trata de um bem maior.

Desse entendimento, é importante verificar que a visão minimalista, aquela de uma intervenção mínima, não pode se furtar à questões precípuas, como o caso da prejudicialidade e da redução da qualidade de vida das pessoas. Ao contrário, sua participação é determinante nas esferas condicionantes do bem viver, e de viver com qualidade.

Dito assim, o Direito Penal deve ser compreendido como aquele que intervém, mediante à inobservância da ordem político-constitucional, e que tais situações, merecem atenção do Estado.

Sendo assim, a Constituição de 1988 reservou um capítulo para o meio ambiente, estabelecendo no artigo 225 (BRASIL, 1988) de forma expressa o

direito de todos terem um meio ambiente adequado e equilibrado, assim como o dever de conservá-lo.

Na senda da responsabilidade, o texto constitucional indica a necessidade de imposição de sanções penais e administrativas, independentemente das civis, para a reparação do dano causado. E nem poderia ser de outra maneira, visto que é cabível a discussão do dano nas diferentes esferas, sem que uma possa implicar na anulação de outra.

Na concepção de Vergottini (1997, p. 369), "se estabeleceu, constitucionalmente, a proteção ambiental como direito fundamental da pessoa e interesse fundamental da coletividade [...]". Assim, na prestigiada locução do mestre, verifica-se que a proteção ambiental, é muito mais do que competência Estatal, é ante de tudo um direito inalienável.

Nesta trilha de raciocínio, o constitucionalista Canotilho (1996, p. 150) menciona que "[...] hoje o Estado, além de ser um Estado de direito, um Estado democrático, um Estado social, deve também recortar-se como Estado Ambiental", visto que a Constituição Federal de 1988, tem como 3ª geração, o meio ambiente.

Para melhor auxiliar na tipificação, é comum buscar elementos na biologia, como recurso conceitual, e que em muitas situações o legislador não tomou o devido cuidado em verificar a diferença entre o conceito de base de jurídica e um conceito de raiz biológica. Exemplo é o artigo 48 da Lei 9.605/1998 (BRASIL, 1998), ao prevê: "Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação". O vocábulo demais

vegetações, compreende até a grama rasteira?

O tipo às vezes é de natureza indeterminada, em que percebe-se uma certa indecisão do legislador, sobre a delimitação dos limites da tutela que se pretende exercer, assim com claro prejuízo na tipificação e com certeza objetiva da punição, o qual deverá ser evitado durante o processo de elaboração das normas penais.

### **3 Natureza jurídica dos crimes ambientais**

Também, é importante considerar que essa situação não se vincula na unanimidade da doutrina majoritária, notadamente naquelas situações em que, a ação do agente, tanto pode se constituir como uma situação eminente de perigo, quanto de apenas presunção. Tanto um quanto outro merece atenção. Nas situações em que se verifica o perigo concreto, deve-se aplicar o tipo penal no caso específico. Diferente nas condições em que se encerram a presunção, visto que não há essa necessidade, no momento que, a própria conduta já é indicativo de ameaça para o bem que se quer proteger.

A maioria dos crimes ambientais é de perigo, seja por referência expressa à situação de ameaça ou probabilidade de lesão ao bem jurídico protegido, seja pela finalidade que transparece na incriminação de determinada conduta. Existem, porém, alguns crimes de dano, devendo nesse caso ficar comprovada a efetividade da lesão ao bem jurídico mencionado, disso dependendo a sua consumação, como é o caso de muitos delitos contra a flora ou a fauna.

Na melhor interpretação, pode-se adicionar nessa discussão, dois

princípios básicos, com fito de melhor entender a assertiva. Na dicção de Milaré (2005, p. 165) “O Princípio da Prevenção, embasa as ações administrativas de cunho preventivo [...] já o Princípio da Precaução, parti da irreversibilidade de certas agressões ambientais [...]” Nesse raciocínio, pode-se, então, afirmar que o princípio da prevenção, se justifica como aquele que pretende evitar o risco ambiental, previsto no artigo 225 da Constituição de Federal de 1989 [...] ao Poder Público e à coletividade o dever de proteger e preserva-lo [...]” 9BRASIL, 1988), visando as presentes e futuras gerações.

Assiste razão Milaré (2005, p. 123), ao afirmar que o princípio da prevenção é fundamental, no sentido, que deve ser dada condições, para que evite o nascimento de atentados ao ambiente, de modo a reduzir e eliminar, possíveis ameaça de dano.

Também, é preciso suscitar que no contexto da proteção mais efetiva do meio ambiente, destaca-se a ética ambiental, que não está adstrita ao campo da filosofia, como investigação do comportamento humano, nem tão pouco aos pormenores dos valores sociais e morais, mas de certa forma, está engajada na teoria de uma ciência, e como tal, possui objeto específico de investigação. Essa discussão vem ganhando força, no sentido de dizer a forma como o homem se relaciona com a natureza. Isso é típico das sociedades modernas, visto que, as legislações, vão se adequando e se aprimorando com fatos concreto, não previstos no ordenamento jurídico.

Vale ressaltar, que toda a sociedade é responsável pela degradação do meio

ambiente, não cabendo só ao Poder Público equacionar esse problema. O mais rico polui com a sua atividade industrial e comercial e o mais pobre por falta de condições econômicas de viver condignamente e por pouco acesso às informações ecológicas.

#### **4 A responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais, à luz da Lei Nº. 9605/1998: seus limites e alcance**

No tocante a responsabilidade penal, verifica-se que a mesma é determinada pela culpa. Sem entrar no mérito da questão, importa de sobremaneira chamar atenção aos crimes previstos no artigo 18 do Código Penal, quando especificam a natureza da ação (dano e culpa), mas de acordo com o supracitado artigo, os crimes de natureza culposa, só serão puníveis, quando a lei, na forma expressa, assim determinar, sendo silente, entende-se terem sido previstos a penas na forma dolosa, em que observar-se-á o *animus*<sup>1</sup> do agente na execução, além de inexistir excludentes ou causas justificção.

Contudo, vale ressaltar que nas contravenções penais, para que ocorra o enquadramento de penalidade, basta a simples voluntariedade da conduta, isto é, a sua espontaneidade, em que prescinde do dolo e da culpa para a fixação da responsabilidade. Nesse sentido, observa-se que a maioria dos crimes ambientais, não faz menção na forma culposa, sendo puníveis somente

de natureza dolosa, embora se detenha na doutrina e jurisprudência, caracterizar o dolo eventual, como sendo o mais adequado para essas situações, de maneira tal, que possa compreender o risco do dano pelo agente, não sendo portanto, que o queira diretamente.

Destarte, a lei penal não pode presumir fatos em que caracterize a culpa. Dessa forma, não tem o poder de presumir um efeito inerente à conduta do agente. Também, ao considerar que não exista a necessidade de demonstração pelo acusador da concretude, ou na idoneidade do perigo causado pela conduta, sem dúvida que há contradição com o princípio da inocência. Visto que há exigibilidade do acusador da comprovação legal da culpabilidade, previsto no art. 8º, nº 1, Pacto de San José<sup>2</sup> (BRASI, 1992) .

No entender do jurista criminalista Gomes (1984, p. 81) "comprovar legalmente a culpabilidade significa demonstrar dentro do processo a existência de um fato lesivo ou perigoso para algum bem jurídico e, ao mesmo tempo, que ele é atribuível ao seu agente". Assim, como a presunção de não-culpabilidade tem sede constitucional, dessa forma sendo hierarquicamente superior à presunção de perigo contida na lei, logo prevalece sobre esta, uma compreensão

---

<sup>1</sup> Aninmus no sentido restrito da palavra, quer dizer a vontade manifestada do agente, não basta apenas a presunção da intenção, é necessário que se configure a vontade de se praticar o ato.

---

<sup>2</sup> Adotada e aberta à assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José de Costa Rica, em 22 de novembro de 1969 e ratificada pelo Brasil em 25 de setembro de 1992. que tem vigência até os dias atuais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm)>. Acesso em 24 de set. de 2010

kelseniana na esfera do tradicional positivismo.

Em se tratando de delitos de perigo abstrato de conteúdo material, em que se observa que ação é idônea ou apta a criar um perigo proibido do tipo, há clara evidência de constitucionalidade, no que se refere ao acusador demonstrar que a conduta possuía aptidão, idoneidade para lesar bens jurídicos de pessoas indeterminadas. Conforme a compreensão de Aguado, "los delitos de idoneidad peligrosa o de peligro hipotético son delitos en los que no es preciso que se constate la producción de um resultado peligroso para el objeto directamente protegido[...]" (AGUADO, 1996, p. 76). Ou seja, os crimes de adequação perigosas ou potencialmente perigosas são os crimes em que não há necessidade de encontrar resultados de produção de perigoso para o objeto diretamente protegido, basta que os elementos constitutivos de perigo estejam presentes.

É preciso deixar claro que a idoneidade deve ter sua comprovação no processo, discutida através das circunstâncias do caso concreto, em que o acusador deverá evocar a existência da idoneidade para a produção da lesão ao bem jurídico.

Diferente, é a locução do art. 55 da Lei 9605/98 (BRASIL, 1998), em que o legislador prevê a punição do fato na ação de "executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida" ocorre pela simples desobediência a preceito de lei, e estaria, em uma primeira análise, na

esfera própria do Direito Administrativo.

Não poderia deixar de fora, a discussão sobre a responsabilidade penal das empresas ou sociedades, tal como acontece em outras legislações.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o debate ganhou oxigênio, por ter o artigo 225 § 3º que "as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados" (BRASIL, 1998). Colocado nesses termos, os autores de infrações contra o meio ambiente, tanto podem ser de natureza física quanto jurídica. Assim, o legislador, preocupou-se com situações futuras, em que a dinamicidade e o aparelhamento de empresas que atuam nesse setor, cresce de forma acelerada.

É importante salientar que nem toda atividade praticada por um administrador da empresa que incorra em um fato típico ambiental pode ser catalogada como crime praticado pela pessoa jurídica. Fica afastada a possibilidade de apenar-se ente jurídico se a empresa como um todo participar de um crime ambiental que tenha sido deliberado para proveito particular de um dirigente ou administrador, a não ser que se possa comprovar que, mediamente, aquele ato era de interesse da entidade.

Como muito bem destaca Gomes (1994), o que justifica a criminalização da conduta da empresa, em se tratando de delitos contra o meio ambiente, é que, não raro, as sanções são aplicadas contra agentes subalternos, que sustentam as consequências criminais

da atividade danosa, quando não são os verdadeiros agressores do meio ambiente. A punição neste caso é ineficaz, pois além de não possuírem poder decisório, podem ser facilmente substituídos, possibilitando a prática indefinida de infrações ambientais por parte de uma mesma empresa. A dificuldade de comprovação da atitude do diretor ou do sócio-gerente justifica socialmente a opção de criminalizar a conduta da própria empresa driblando, assim, a astúcia empresarial de se esconder atrás da pessoa jurídica.

Outra questão importante é quanto à responsabilidade da empresa no que se refere ao passivo ambiental existente antes da edição da Lei de Crimes Ambientais. Para saber quais atos estão abrangidos pela Lei é necessário entender que há atos que são praticados de forma eventual e outros de forma continuada.

Considera-se ato continuado a produção, processamento, embalagem, importação, exportação, comercialização, fornecimento, armazenamento, guarda ou depósito de substância tóxica em desacordo com as exigências legais e regulamentares (BRASIL, 1998). Por outro lado, considera-se ato eventual provocar, pela emissão de material, o perecimento de espécimes aquáticos como, por exemplo, pelo vazamento de navio cargueiro. Este crime não é praticado de forma continuada. Trata-se de um acidente. Com isso, o passivo ambiental é sujeito à sanção da nova lei quando estava acontecendo ou passou a acontecer a partir da vigência da lei. Se uma empresa praticou crime eventual antes da vigência e mesmo que não tenham sido as conseqüências

totalmente eliminadas, não pode ser condenada penalmente. Para estes casos, no entanto, cabe responsabilidade civil e administrativa, quando for o caso.

Outro aspecto de grande controvérsia entre os autores é sobre a possibilidade ou não de penalizar pessoas jurídicas de Direito Público. Como questiona Range (2003), se for o próprio governo federal que cometer os atos criminosos, quem fará a apuração, julgamento e execução? destacam, entre as dificuldades de penalizar pessoas jurídicas de Direito Público a inviabilidade da suspensão parcial ou total de atividades, pois as pessoas jurídicas de direito públicos devem obediência ao princípio da continuidade do serviço público. Pelos mesmos motivos, seria igualmente impensável a interdição temporária do estabelecimento, obra ou atividade. Segundo os autores, outro paradoxo é a pena da lei que trata da proibição de

Machado (2005), por outro lado, defende a possibilidade de pessoas jurídicas de Direito Público serem incriminadas pela lei. Defende que tanto a Administração Direta quanto a indireta (autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e agências) podem responder criminalmente. O autor destaca que o juiz deverá ter perspicácia para escolher a pena adaptada à pessoa jurídica de Direito público entre as previstas no art. 21 da Lei. (BRASIL, 1998) Comenta ainda que a importância da sanção, nestes casos, é a determinação do comportamento da Administração Pública no prestar serviços à comunidade, consistentes em custeio de programas e projetos ambientais,

execução de obras e recuperação de áreas degradadas ou manutenção de espaços públicos, previsto no art. 23, Lei 9605/98 (BRASIL, 1998). Desta forma, o dinheiro pago pelo contribuinte terá uma destinação fixada pelo Poder Judiciário quando provada, no processo penal, a ação ou omissão criminosa do Poder Público.

Um último aspecto das Disposições Gerais da Lei 9605/98 merece destaque: a desconsideração da pessoa jurídica prevista no art. 4º. Segundo a Lei, “poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente” (BRASIL, 1998). Este dispositivo é para evitar fraudes de sócios através da pessoa jurídica e para impedir a falta de responsabilização dos responsáveis pelos danos ao meio ambiente, destaca que somente se poderia acionar os sócios da empresa jurídica quando se trouxesse elementos no sentido de que houvera excesso de mandato por parte do sócio.

A ficção de personalidade jurídica não pode constituir obstáculo à realidade que tem que ser investigada, para a Justiça poder completar a sua missão de apurar devidamente os fatos. Na verdade, destaca Machado (2005), a desconsideração da pessoa jurídica (disregard doctrine) não é um fim em si mesmo, e sim um meio, um instrumento colocado à disposição do juiz para, em processos diversos, coibir a disfunção.

Considerando que atualmente os ilícitos praticados por empresas ou sociedades, ou mesmo pessoas jurídicas de direito público, serão na ordem administrativa, mas ficando reservadas

a aplicação penal para seus titulares. É o que diz a dicção do art. 3º da Lei 9.605/1998, “As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade”. Também o parágrafo único do referido artigo, não descuidou das pessoas físicas “A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato”. (BRASIL, 1998).

Na maioria dos crimes ambientais, é cominada de reclusão, sendo a detenção a menos freqüente. Contudo, o artigo 7º da Lei de Crimes Ambientais, ao mencionar a possibilidade de substituir as penas privativas de liberdade em restritivas de direito, quando for na tipicidade culposa e tratar-se de pena privativa de liberdade, não mais que quatro anos. Também, quando “II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias do crime indicarem que a substituição seja suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do crime” (BRASIL, 1994). A exceção é a Lei de Contravenções Penais, em que a punição, é de ordem pecuniária, preferindo assim, o legislador, deixá-la para a área administrativa, onde tem maior predomínio.

Também, há que considerar que não houve medidas alternativas, quando a pena for de prisão, tão comum na forma de penas restritivas de direito, o que de certa forma, não considera que o infrator possa se redimir do ato



praticado. Estas como penas principais, segundo o art. 8º são: “I -prestação de serviços à comunidade; II -interdição temporária de direitos; III -suspensão parcial ou total de atividades; IV - prestação pecuniária; V recolhimento domiciliar” (BRASIL, 1998) .

Ao considerar a natureza Interdição Temporária de Direito, em que pese a Lei limitar-se à proibição de contratar com o Poder Público, verifica-se que o dispositivo a cima não menciona a possibilidade de interdição do exercício de profissão, atividade ou ofício, como prevê o artigo 546 do Código Penal. Ao presumir tal proibição, e diante de circunstâncias de prover alimentos para si e sua família, o referido artigo não encontrou respaldo, visto que implicaria necessariamente na existência do próprio infrator (BRASIL, 1940).

Mesmo que, e alguns entendam dessa maneira, as penas privativas de liberdade possam ser criticadas, pelo motivo de não ser eficaz, na medida em que não consegue a readaptação social do criminoso. Diante disso, é preciso considerar que o Direito Penal assume uma função subsidiária ao se equiparar com os ditames administrativos nas questões ambientais, onde sua intervenção já está prevista na Lei 9.605/1998, no art. 26 “Nas infrações penais previstas nesta Lei, a ação penal é pública incondicionada” (BRASIL, 1998). Ou seja, não surge para o Estado a pretensão acusatória, que é exercida pelo Ministério Público, através da ação penal. Esse mister repousa no texto constitucional na forma do art. 5º, II da CF. Nas palavras de Rangel (1993 , p. 26) “sempre que estiver com um fato típico, ilícito e culpável nas mãos, devidamente comprovado ou com

elementos que o autorizem a iniciar a persecução penal”.

É bem verdade que na esfera civil e na penal, a legislação é deficitária, tendo como resultado, um número de ações, razoavelmente modesta, e com raras condenações. Isso se deve, em parte, entre o que se pretende alcançar com a lei, e aquilo que efetivamente se tem, a partir de uma deficiente técnica na elaboração, com o surgimento da norma penal em branco. Exemplo claro, da situação estremecedora, é a política criminal, implantada com o fito de especificar o crime contra a flora e a fauna. Sendo que ação do infrator contra a primeira é do tipo contravenção, e aqueles cometidos contra a última são de natureza criminal. Ora, o legislador ao se debruçar nesses quesitos, procurou ser didático e objetivo, não suscitando questões mais intrigantes, como a utilização de conceitos da biologia de forma distorcida.

Também é importante, considerar que as Promotorias, estão em sua grande maioria, envolvidas com questões de natureza cível, dessa forma, contribuindo para um quadro que se coaduna com o déficit no combate às infrações ambientais. No entender de Cappelli (1996, p. 100) “vez que frente ao largo espectro de atribuições do Promotor de Justiça criminal, este tenderá a minimizar a importância desses delitos frente a outros, prioritários, face ao violento contexto social vivido”. Dito assim, não se quer presumir que o Ministério Público é inerte nas questões que envolvem o dano ambiental. Muito pelo contrário a Ação Civil Pública demonstra ser um

meio eficaz, colocado à disposição do interesse coletivo.

Além da Ação Civil Pública, também há outros mecanismos de proteção ao meio ambiente, dentre estes, o mandado de segurança coletivo, ação popular constitucional, o mandado de injunção.

## **5 Da possibilidade de responsabilização simultânea nas esferas cível, penal e administrativa**

O artigo 225, § 3º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), concomitante ao art. 3º da Lei 9.605/98 (BRASIL, 1998), tratam dos danos ambientais e sua conseqüente reparação, prescrevendo que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais ou administrativas, independentemente da obrigação de reparar o dano. Pensado assim, é perfeitamente possível a responsabilização simultânea nas três esferas, não vindo a se caracterizar o “*bis in idem*”<sup>3</sup>, visto que cada uma das esferas possui fundamentação própria, o qual é base do princípio da independência das instâncias.

Em sede de princípio, as instâncias são efetivamente independentes. Diz-se princípio, porque em se tratando de sentença penal, pode haver implicação na esfera administrativa ou civil e vice-versa, mas sendo sentença de natureza penal, não será possível sanção

---

<sup>3</sup> Este princípio informa que não se pode aplicar penalidade duas vezes ao mesmo crime. É também muito utilizada nas questões que envolvam discussão de natureza tributária.

administrativa, por ser enquadrada nos seguintes aspectos: a) quando reconhece a inexistência do fato; b) quando reconhece (cabalmente) que o autor não participou do fato; e c) quando reconhece causa justificante (exercício regular de direito, estado de necessidade, legítima defesa etc.).

Por seu turno, quando em sentença penal absolve o acusado por falta de provas, ou de provas subsistente, a via administrativa, poderá muito bem considerar o agente culpado. Não há impedimento do Poder Público, concluir de forma diversa da ação penal. É o caso de haver absolvição por atipicidade penal, mas ser acolhido no âmbito administrativo.

Compreendido nesses termos, e nem sempre havendo correspondência nos três institutos (cível, penal e administrativo), para que se alcance um sistema completo de preservação e conservação, a legislação procurou garantir que de alguma forma o agente causador do dano seja responsabilizado.

## **6 A Lei 9.605/1998 e a responsabilidade penal objetiva**

O projeto de Lei da atual Lei 9.605/1998 tinha como fito, sistematizar as penalidades administrativas, com o intuito de unificar os valores de multa, após calorosos debates, optou-se, também por consolidar legislação relativa à matéria penal.

A essência da Lei trata precipuamente, de infrações administrativas ambientais e de crimes ambientais, dispondo de algo importante: a relação processual e a cooperação internacional, para preservação do meio ambiente.

Também é salutar, dizer que as contravenções penais relativas à proteção da flora, foram em grande parte, transformadas em crimes. (BRASIL, 1998)

Num primeiro olhar, a Lei trata de questões que não trazem implicação de liberdade para o infrator. Numa outra dimensão, e para aqueles considerados graves, convocasse o Direito Penal, para dar uma resposta mais efetiva, propiciando tipos penais. Além do que há possibilidade, que multas perdas e danos, de certa forma, podem ser repassados para os consumidores finais do produto ou serviços, que estejam na origem da atividade degradadora. Posto dessa forma, a responsabilidade penal na preservação ambiental foi resultado, de conjugação de forças, do mundo dos fatos sobre o universo formal do Direito. Visto que, o crime é praticado contra a coletividade, na medida que o bem jurídico tutelado pela norma penal ambiental, é bem jurídico específico, que não se traduz em um titular mediado corporificado. Daí a necessidade de introduzir a responsabilidade penal, também para as pessoas jurídicas.

Na melhor adição, é importante dizer que a Lei 9.605, de 1998, cujo a pretensão foi o de estabelecer uma resposta mais profícua à ação danosa do agente, consoante a importância do bem jurídico consubstanciado no meio ambiente, não percebeu que em muitos dos seus artigos, adiciona um conceito genérico ao ecossistema como um todo. Além do que, atinge um dos princípios constitucionais do Estado, que é do alcance e do poder punitivo da aplicação da pena. (BRASIL, 1998)

Neste pensamento, e para melhor ilustrar, poder-se-ia citar o artigo 32 da referida Lei em que diz "praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos" (BRASIL, 1998), com previsão de pena de detenção de três meses a um ano e multa.

Ao analisar o artigo 136 do Código Penal, há previsão legal do crime ao "expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis [...] ou abusando dos meios de correção" (BRASIL, 1940) sua cominação da pena é de detenção de dois meses a um ano ou multa. Dito dessa forma, observa-se que a pena prevista no art. 136 do Código Penal é superior àquela do art. 132 dos Crimes Ambientais. (BRASIL, 1998). O legislador, ao prevê sanções penais ao agente causador do dano, não se preocupou com o princípio proporcional às penas, descuidando de forma relevante da limitação punitiva estatal.

No tocante ao Direito Internacional do Meio Ambiente, que desde o ano de 1960, já atribuía regra de responsabilidade civil objetiva para alguns danos, como aqueles causados por poluição por óleos nos mares e oceanos.

O ordenamento brasileiro, em situações de dano grave (possibilidade de ocorrência de um acidente nuclear), desde 1977, através de Lei Federal 6.453, prevê a responsabilidade civil sem culpa do agente causador. Por outro lado, a Lei Federal 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), já discutia a

responsabilidade nas três esferas (civil, penal e administrativa) (BRASIL, 1981). Contudo, não há porém que se aplicar analogicamente a referida Lei, na interpretação da Lei 9.605/1998, posto que a interpretação de normas penais da Lei devem convergência aos princípios do Direito Penal. Assim, não há que se falar da aplicação da regra da responsabilidade sem culpa, amplamente aceito para os aspectos cíveis do Direito Ambiental, no campo penal.

## 7 Conclusão

Os limites e alcance da aplicação da Responsabilidade Penal, não estão adstritos somente ao campo da elaboração da Lei, mas perpassa por um conjunto de diferentes interpretações que se tem acerca do tema, notadamente na deficiência técnica da Lei. A precariedade, nos quesitos recursos humanos e materiais, de órgãos públicos impossibilitam uma maior efetividade de aplicação da responsabilidade, no tocante aos serviços de fiscalização da ocorrência do dano, dessa forma, constituindo-se em limites.

A legislação ambiental apresenta falhas em questões conceituais, ao reunir conceitos da área epistemológica da biologia e do direito, por vezes confundido, e assim dificultando o alcance da respectiva responsabilidade penal.

## Referências

AGUADO, Mercedes de La Cuesta, - **Tipicidad e Imputación Objetiva** Ediciones Jurídicas Cuyo, Mendoza, Argentina, 1996.

BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, atualizada até a emenda constitucional de revisão nº 06 de 07 de junho de 1994 e até a emenda constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)> . Acesso em: 28 set.. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm)>. Acesso em: 13 de nov. de 2010

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº. 678 de 06 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm) Acesso em: 17 de nov. de 2010

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei Nº. 2848 de 07 de dezembro de 1940**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm>>. Acesso em: 15 de nov. de 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei N.º 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/)

Leis/L6938.htm.> Acesso em: 24 de out. 2010.

Artigo recebido em 12 de dezembro de 2010.  
Aceito em 18 de julho de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº. 6453 de 17 de outubro de 1977.** Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências. Disponível em: <  
<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/leis-ordinarias/1980-a-1960>>., Acesso em: 24 de nov. 2010

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Privatismo, associativismo e publicismo no direito do ambiente**, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, Textos, v. I, 1996.

GOMES, Luiz Flávio. **A questão da inconstitucionalidade do perigo abstrato ou presumido** – Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 8, RT, out-dez, 1994..

MILARÉ, Edis, **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**, 4ª ed, ver. Atual. e ampl. – São Paulo: RT, 2005, p. 165

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003. Revista dos Tribunais, 623:31, Revista de Engenharia Sanitária, 26: 228

SILVA. Capelli . **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica em Matéria Ambiental: uma necessário reflexão sobre o disposto no art. 225, 3º da CF**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 1, 1996.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 1982.

VERGOTTINI, Giuseppe de **Diritto Costituzionale**, Milão, CEDAM, 1997.